



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Documento constitutivo da primeira etapa do planejamento da contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução para subsidiar a elaboração do anteprojeto, termo de referência ou projeto básico.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A aquisição de bandeiras oficiais, mosquetões e cordas visa dar cumprimento à Lei nº 5.700, de 1 de setembro de 1971 em seu artigo 13 e 141.

Ressalte-se que a Bandeira Nacional, em todas as apresentações do território nacional, ocupa lugar de honra.

A aquisição revela-se indispensável para o desenvolvimento das atividades de rotina do CNJ, considerando a necessidade de reposição em estoque previsto para dois anos, em função do desgaste natural do material a ser adquirido, que ficará exposto às condições climáticas externas.

2. PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:

A presente aquisição encontra-se previsto no Plano de Contratações Anual 2025, Processo SEI 12279/2024 (Doc. 1959149).

Ademais, encontra respaldo no Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2021-2026, instituído pela Portaria nº 104, de 30/06/2020, o qual estabelece em seu artigo 3º, inciso XI, dentre outros, o objetivo estratégico de: garantir infraestrutura adequada ao seu funcionamento.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As bandeiras deverão estar em consonância com os requisitos estabelecidos no artigo 4º da Lei 5.700 de 1 de setembro de 1971, vejamos:

“Art. 4º A Bandeira Nacional em tecido, para as repartições públicas em geral, federais, estaduais, e municipais, para quartéis e escolas públicas e particulares, será executada em um dos seguintes tipos: tipo 1, com um pano de 45 centímetros de largura; tipo 2, com dois panos de largura; **tipo 3, três panos de largura**; tipo 4 quatro panos de largura; tipo 5, cinco panos de largura; tipo 6, seis panos de largura; tipo 7, sete panos de largura.” (grifei)

¹ Hasteia-se diariamente a Bandeira Nacional e a do Mercosul:

IV - No Supremo Tribunal Federal, nos Tribunais Superiores, nos Tribunais Federais de Recursos e nos Tribunais de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

Além disso, deverá observar as diretrizes de sustentabilidade previstas pelo Conselho Nacional de Justiça na Resolução CNJ 400/2021, bem como atender ao Código de Conduta do Fornecedor de Bens e Serviços do CNJ.

4. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

Os quantitativos a serem adquiridos nesta contratação encontram-se detalhados na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE UNIT.	QTDE. TOTAL
1	Bandeiras oficiais, tipo 3, Nacionais, nos padrões preconizados pela Lei nº 5.700, de 1 de setembro de 1971.	Unidade	5	5
2	Bandeiras oficiais, tipo 3, Mercosul, nos padrões preconizados pela Lei nº 5.700, de 1 de setembro de 1971.	Unidade	5	5
3	Mosquetões para amarração da corda para hasteamento das bandeiras, capacidade para bandeira de até 1,80 x 2,60.	Unidade	10	10
4	Corda (Adriça) Trançada de Fibras de Polipropileno 100% virgem ou 100% Poliamida (Nylon), com espessura de 6mm, de alta resistência, para hasteamento de bandeira de três pano.	Metros	150	150

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 Indicação e análise das alternativas possíveis disponíveis no mercado, com base preferencialmente no seguinte quadro-modelo:

A única solução encontrada no mercado para atendimento da Lei 5.700/71 é a aquisição de bandeiras, mosquetões e cordas.

5.2 Análise do modelo vigente e histórico da contratação, quando houver.

Dados da Contratação anterior:

Processo: [00811/2021](#)

Valor: R\$ 1.097,80 (um mil e noventa e sete reais e oitenta centavos)

Penalidade: não houve aplicação de penalidade

Dados da Contratação anterior:

Processo: [02293/2023](#)

Valor: R\$ 2.263,50 (dois mil duzentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos)

Penalidade: Sim, houve aplicação de penalidade, por motivo de atraso na entrega.

5.3. Justificativa técnica e econômica da escolha da solução a contratar

Em face de não existir outra opção no mercado, imprescindível a aquisição dos materiais previstos no item 4 e nos moldes previstos no item 8 destes Estudos Preliminares, a fim de garantir o fiel cumprimento à Lei 5.700/71.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da aquisição, conforme a média é de aproximadamente **R\$ 4.281,67 (quatro mil duzentos e oitenta e um reais e sessenta e sete centavos)**, conforme dados obtidos nos orçamentos em anexo ([2186218](#), [2186221](#), [2186222](#) e [anexo média 2188929](#)).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

O objeto encontra-se especificado no item 4 destes Estudos Preliminares.

8. PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

A aquisição deverá ocorrer em lote única visando a economia de escala e redução dos custos de gestão contratual/nota de empenho, em consonância com o inciso I do parágrafo 3º do artigo 40 da Lei 14.133/2021.

Importante informar que os itens possuem grande similaridade (bandeiras) entre si, sendo produzidos pelas mesmas indústrias e comercializados por empresas do mesmo segmento comercial.

Além disso, os materiais que pretendemos adquirir possuem valores unitários pequenos que, caso viessem a ser adjudicados por itens, poderia não despertar o interesse de um número significativo de empresas.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS

O resultado pretendido com a contratação é dar cumprimento à Lei 5.700/71 no que se refere à obrigatoriedade de hasteamento diário da Bandeira Nacional e Bandeira do Mercosul.

Além disso, a aquisição em lote único garantirá economia de escala e redução de custos relativos à gestão contratual/nota de empenho.

9.1. Indicadores de desempenho da contratação

Os benefícios diretos e indiretos pretendidos com a contratação serão substituir as bandeiras e materiais que porventura apresentem avarias ou danos que comprometam sua aparência, pois, como as bandeiras são hasteadas em áreas externas, estão sujeitas, portanto, a ação de sol, chuvas e ventos fortes, sofrendo intenso desgaste e necessitando de constante substituição.

Ademais, pela natureza da aquisição, não se vislumbra a possibilidade de apresentação de indicadores para avaliação de critérios de economicidade, eficácia e efetividade.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não há providências a serem adotadas previamente à celebração do Contrato ou emissão da nota de empenho.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes a este objeto.

12. IMPACTO SOCIOAMBIENTAL

Não haverá impacto ambiental decorrente da aquisição.

Acrescento que a aquisição deverá observar as diretrizes de sustentabilidade previstas pelo Conselho Nacional de Justiça na Resolução CNJ 400/2021.

13. RISCOS DA CONTRATAÇÃO

A ausência da aquisição implicará no descumprimento da legislação vigente, tendo em vista o disposto na Constituição Federal, a qual prevê no seu art. 13, parágrafo 1º, que a bandeira é símbolo nacional, bem como o contido no art. 4º da Lei nº 5.700/71, que rege a utilização de bandeira nas repartições públicas, conforme determina seu Art. 4º.

Vale ressaltar também os riscos inerentes à execução contratual/Nota de Empenho. Verifica-se a possibilidade de descumprimento de cláusulas ou má prestação na entrega e qualidades do bem a ser adquirido, momento em que os Gestores do Contrato deverão intervir, adotando as medidas de mitigação e providências necessárias ao sucesso da aquisição.

Desta forma, elaboramos os quadros que se seguem a fim de demonstrar os riscos que acompanham a pretensa contratação:

RISCO 1:	Material entregue em desconformidade com as especificações do Termo de Referência
-----------------	---

Probabilidade (Alta, média e Baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Baixa	1	Material que não atender as especificações previstos na confecção das bandeiras	Médio
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Troca de Material		SEPOL/SAD
2	Aplicação de penalidade		
RISCO 2:	Empresa não entregar o material		
Probabilidade (Alta, média e Baixa)	Id	Dano	Impacto (Alto, Médio e Baixo)
Id	Ação de Mitigação e Contingência		Responsável
1	Aplicação de penalidades previstas		SAD

14. CONCLUSÃO DO GESTOR

Conclui-se que com a aquisição pretendida será possível substituir os materiais deteriorados em decorrência da exposição às ações do tempo, atendendo integralmente ao normativo vigente e consequentemente aos interesses do Conselho Nacional de Justiça.

15. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Nome	E-mail	Ramal	Unidade
Rosângela Ferreira da Silva	Rosangela.silva@cnj.jus.br	4829	SEPOL
Ana Carolina Castro Viana	ana.viana@cnj.jus.br	4856	DNPJ